

O “OUTRO” NA SALA DE AULA: O CINEMA NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR¹

The “other” in the classroom: Cinema in the teaching of history and Afro-Brazilian culture in school education

Delton Aparecido Felipe

Historiador. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

Teresa Kazuko Teruya

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá – PR – Brasil

Endereço:

Coripheu de Azevedo Marques, 366
Vila Santo Antonio- Maringá - PR
CEP: 87030-250

E-mails:

ddelton@gmail.com
tkteruya@gmail.com

Artigo recebido em 08/09/2009.

Aprovado em 25/11/2009.

RESUMO

A aprovação da Lei 10.639/2003 outorga obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, demandando um repensar das ações pedagógicas no espaço escolar e no currículo. Essa lei combate as sub-representações e os estereótipos vividos pela população negra ao longo da história brasileira. Sua efetivação na sala de aula exige formar um novo perfil de docentes e discentes que, a fim de que no processo de reflexão sobre o “eu” e o “outro”, se apropriem de conhecimentos necessários para questionar a pedagogia excludente que ainda existe nas escolas. O presente trabalho tem por objetivo problematizar a possibilidade dos professores e das professoras trabalharem com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. Para verificar como a representação do “outro”, nesse caso o negro, se manifesta nas escolas, realizamos uma pesquisa-ação participativa oferecendo um curso de extensão destinado aos docentes da rede estadual de educação do Município de Maringá (PR) e região. Verificamos que as reflexões realizadas no decorrer do curso levaram os docentes a problematizar os conceitos de raça, etnia, igualdade, diferença, cultura e conhecimento. As análises dos dados obtidos indicam que as discussões contribuíram para ampliar o conhecimento dos docentes sobre sua prática pedagógica como formadores de posicionamentos sociais. Os professores e as professoras

tiveram a oportunidade de repensar as suas subjetividades, as posturas pessoais e os preconceitos historicamente assumidos. Concluímos que o curso possibilitou experimentar uma reflexão coletiva: para enfrentar aspectos conflitivos e tensões que se apresentam relacionadas às questões étnico-raciais em sala de aula, evidenciamos a necessidade de uma formação docente que permita aos professores e às professoras desconstruir concepções e visões estereotipadas dos africanos e negros brasileiros, construídas ao longo da história.

PALAVRAS-CHAVE: Educação escolar. Formação de professores e professoras. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

The approval of Law 10639/2003, which granted compulsory teaching of Afro-Brazilian and African culture and history in basic education, requires a rethinking of pedagogical actions in schools and in the curriculum. The purpose of this law is to combat the under-representation and stereotyping experienced by black people throughout Brazilian history. Its effectiveness in the classroom requires training a new profile of teachers and students, so that in the process of reflection on the "I" and "other", they have the knowledge needed to question the pedagogy of exclusion that still exists in schools. This work discusses the possibility of teachers working with the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in school education. To see how the representation of other people, in this case black people, are manifested in schools, we conducted a participatory action-research offering an extension course aimed at teachers of State schools in the city of Maringá, PR, and surrounding region. We noted that the considerations made on the course led the teachers to question their concepts of race, ethnicity, gender, difference, culture and knowledge. The analysis of the data obtained indicated that the discussions helped to increase the teachers' knowledge of their teaching practice as trainers of social positions. The teachers had the opportunity to rethink their subjectivity, personal attitudes, and historically assumed prejudices. We conclude that the course enabled a collective experience: to address conflicting issues and tensions surrounding ethnic and race relations in the classroom, we observed a need for teacher training to enable the teachers to deconstruct concepts and stereotypes of African and Black Brazilians constructed throughout history.

KEY WORDS: School education. Teacher training. Ethnic and race relations.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a possibilidade dos professores e das professoras trabalharem com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. A publicação da Lei 10.639 em janeiro de 2003 pelo poder executivo federal e sua regulamentação pelo Conselho Nacional de Educação garantem a inclusão do artigo 26-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que reexamina o lugar da África na história da humanidade e o papel dos afrodescendentes no Brasil. As escolas brasileiras são desafiadas a incluir nos currículos a prerrogativa dessa lei para que seus docentes realizem uma nova leitura sobre os negros afrodescendentes, não mais estigmatizados e nem postos à margem da história oficial.

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo do Ensino Básico estão mobilizando os professores e as professoras para discutir a inclusão de conteúdos referentes a essa temática nos currículos escolares. Além disso, nesse processo de repensar o currículo escolar os docentes têm que rever as suas subjetividades a partir de contextos multiculturais, nos quais se encontram questões referentes às identidades étnicas.

A partir de enfoques teóricos que repensam os contextos educacionais com base em uma leitura que permite visualizar o "outro" nos processos educativos, verificamos que implicações para a educação das relações étnico-raciais são mais complexas e tensas do que podemos imaginar.

Ou seja, exigir dos docentes a aplicação das novas diretrizes que incluem nos currículos, histórias da África e das relações étnico-raciais na educação, significa mobilizar subjetividades, desconstruir noções e concepções apreendidas durante os anos de formação inicial e enfrentar preconceitos raciais muito além dos muros escolares.

As reflexões trazidas aqui a respeito das relações étnico-raciais nas salas de aula sobre a mobilização dos professores e das professoras para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica partiram das contribuições teóricas dos Estudos Culturais. Escolhemos esse eixo investigativo, primeiro, por defender nesse texto a relação do currículo com a cultura e ambos como práticas de significação, produção, relação social, relação de poder e práticas que produzem e reproduzem identidades sociais. Por isso, ao repensar os currículos escolares na educação escolar, temos que, antes de tudo, pensar as relações de poder que produziram e produzem esses currículos escolares (COSTA, 2000).

O segundo motivo para utilizar os Estudos Culturais como eixo investigativo é que ele nos permite conduzir as discussões sobre cultura, conhecimento e currículo a novos caminhos e horizontes, especialmente por retirar o significado destes conceitos da caixa fechada e abrir caminhos para novos enfoques e interpretações. Os significados trazem à tona a dimensão múltipla e incerta nas quais estes conceitos estão imersos. A ação de retirar os conceitos, como o de cultura, de conhecimento e de currículo, da caixa fechada significa que estes conceitos passam a ser vistos como constituídos socialmente (ARAÚJO, 2004).

PENSANDO O “OUTRO”

Para contribuir com o debate propostos para a Educação Básica com a promulgação da Lei 10.639/2003, organizamos um curso de extensão na Universidade Estadual de Maringá (UEM) no Paraná, em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Maringá - NRE/PR, que intitulamos de: **O cinema no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. O curso teve como objetivo analisar os pressupostos teóricos e metodológicos relativos ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica e propor ações pedagógicas com a utilização de narrativas fílmicas como fonte de pesquisa histórica que nos permitiu realizar uma pesquisa-ação participativa.

O curso foi organizado em seis encontros na Universidade Estadual de Maringá, nos dias 08/04, 15/04, 22/04, 06/05, 13/05 e 20/05 de 2008, às terças-feiras, das 8h às 12h, totalizando 30 horas/aula, destinado aos professores e às professoras da rede estadual de educação. Dentre as atividades propostas, foi realizada a análise de três filmes.

O filme **Amistad**, lançado em 1997 nos Estados Unidos, sob a direção de Steven Spielberg, narra um fato ocorrido em 1839, em que dezenas de africanos, oriundos de Serra Leoa, a bordo do navio negreiro espanhol *La Amistad*, matam a maior parte da tripulação e obrigam os sobreviventes a levá-los de volta à África. Enganados, desembarcam na costa leste dos Estados Unidos, onde, acusados de homicídios, são presos, iniciando um longo e polêmico processo de julgamento, em um período em que as divergências internas do país entre o norte abolicionista e o sul escravista caracterizavam o prenúncio da Guerra de Secessão.

O filme **Macunaíma**: um herói de nossa gente, lançado em 1969 no Brasil, sob a direção de Joaquim de Andrade, narra a história de Macunaíma, um índio de múltipla etnia, nasce negro, é originário da comunidade indígena dos Tapanhumas, vive na aldeia quando criança. Depois que cresce, fica branco e percorre algumas cidades do Brasil. Macunaíma vive várias aventuras na cidade, enfrentando vilões, policiais e personagens de todos os tipos. Depois de uma longa aventura urbana, ele volta à selva. O filme é baseado no livro de Mario de Andrade, **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**, escrito em 1928.

O filme **Vista a minha pele**, lançado em 2003 no Brasil, sob a direção de Joel Zito Araújo, faz uma inversão da estrutura da realidade social brasileira, narra história de Maria, uma menina branca e pobre que estuda em um colégio particular graças à bolsa de estudo que tem pelo fato de sua mãe ser faxineira na escola. A maioria de seus colegas, que são negros e ricos, hostiliza-a por sua cor e por sua condição social, com exceção de sua amiga Luana, filha de um diplomata que,

por ter morado em países pobres, possui uma visão mais abrangente da realidade. Maria quer ser “Miss Festa Junina” da escola, mas isso requer um esforço enorme, que vai desde a predominância da supremacia racial negra, até a resistência de seus pais, a aversão dos colegas e a dificuldade em vender os bilhetes para seus conhecidos, que em sua maioria eram pobres. Maria tem em Luana uma forte aliada e as duas vão se envolver em uma série de aventuras para alcançar seus objetivos.

O curso atendeu sessenta e três inscrições preenchidas por professores e professoras da rede estadual de educação de Maringá e região. O grupo era composto, em sua maioria, por professores e professoras de História que atuam em diversos níveis de ensino. A maior quantidade de docentes de História inscritos no curso explica-se pelas atuais configurações desta disciplina, que exige do professor e da professora constante diálogo com as várias culturas sociais, rompendo com o silenciamento da história sobre os vencidos (FERRO, 1989).

Optamos por utilizar as narrativas fílmicas no decorrer do curso porque elas oferecem a oportunidade de conhecer outra lógica de produção da história, que questione o modo linear de transmissão de conteúdos preestabelecidos pelos padrões eurocêntricos, ainda predominantes em nossa realidade educacional. Nesse sentido, conhecer outras formas de saber, outras formas de ser e de existir dos sujeitos históricos, sociais e culturais, é imprescindível para possibilitar outras abordagens de conhecimento sobre a História da África e das relações étnico-raciais no Brasil.

NOVAS BASES PARA “EU” PENSAR A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

O curso de extensão, que organizamos na Universidade Estadual de Maringá em parceria com o Núcleo Regional de Educação, permitiu pensar as novas bases para o ensino de História e de outras disciplinas que trabalham com as questões relacionadas à história do negro no Brasil. Os docentes participantes expressaram suas opiniões e percepções com a crescente presença das questões étnico-raciais na educação brasileira. Os participantes perceberam os dilemas em relação às novas diretrizes voltadas para a educação étnico-racial.

Em diferentes momentos, esse público expressou suas concepções sobre a Lei 10.639/2003. Os dilemas acerca de sua formação profissional e as tensões teóricas em suas práticas de ensino diante de possíveis conflitos étnico-raciais na escola e em específico na sala de aula foram evidenciados nas falas de professores e professoras. Informamos que as falas dos docentes participantes foram anotadas no Diário de Bordo durante o curso de extensão, por isso estão sem identificação.

No primeiro bloco de falas dos participantes do curso de extensão, observamos a força social que o conceito democracia racial ainda tem no ambiente escolar e na sociedade: “No Brasil, o preconceito é social e não racial”; “Existe negro rico e pobre branco”; “Quem é negro no Brasil, somos todos uma mistura”; “Tem gente que procura preconceito” e “Mas existe preconceito contra loira, por exemplo: a loira burra”.

Nestas falas, a concepção da democracia racial no Brasil é fundamentada nas posturas subjetivas dos docentes diante de situações de conflito étnico-racial surgidas no espaço escolar. Essas falas e descrições de situações não são exclusivas de pessoas com perfil étnico branco. Percebemos que há um desafio maior que a aplicação normativa da Lei 10.639/2003, ou seja, as concepções subjetivas dos docentes em relação aos problemas raciais no Brasil remetem à reflexão sobre o elemento conflitual e inter-racial que se estabelece nos espaços educacionais.

As falas são permeadas pela concepção de que as novas diretrizes curriculares dão um caráter problemático à educação, porque o que se pretende com a nova legislação, segundo a leitura e a interpretação desses professores e professoras, é um tratamento especial para negros, contrariando a concepção de educação igual para todos.

O segundo bloco de falas, comum no decorrer do curso, pode ser incorporado no sistema de meritocracia: “Quem se esforça consegue vencer na vida, sendo negro ou branco”; “Tem gente que não quer nada com nada”; “Veja você (referindo-se ao pesquisador que é negro) você lutou e conseguiu”.

Estas falas carregam a concepção de que, independente das amarras sociais, somos todos iguais. Têm como base o princípio de igualdade forjado no Iluminismo. Este princípio não atende às necessidades dos grupos sociais marginalizados historicamente.

As falas docentes sugerem uma simplificação que a matriz da modernidade enfatizou sobre o princípio da igualdade. Os professores e as professoras assumem a concepção de igualdade para todos, independentemente das origens sociais e étnico-raciais, enfim, a igualdade como a chave para entender as relações sociais e a luta por direitos.

O terceiro bloco de falas sintetiza o processo de autoidentificação: “Tem pessoa de cor, que não gosta de ser chamada de negra”; “Os negros são racista com eles mesmos” e “As mulheres negras vivem com o cabelo alisado”.

Nestas falas, os docentes demonstram que os próprios negros se rejeitam. Muitas delas foram ditas em tom de acusação, culpabilizando o negro por não se aceitar como tal. Estas falas indicam a desconsideração do passado histórico de negação do negro. Fato que levou muitos negros a não se reconhecerem na sua identidade com a ancestralidade africana.

Boaventura (1996) entende que estas situações colaboram com a morte da indignação, do espanto e encaminham para a trivialização das consequências perversas da sutileza das discriminações raciais no Brasil.

O quarto bloco de falas sintetiza a predisposição dos professores e das professoras em lidar com as questões étnico-raciais no ambiente escolar: “Nós professores temos tantas coisas para fazer, e agora temos que lidar com a lei” (referindo-se à Lei 10.639/2003); “Eu não sei como trabalhar essa Lei, terei que falar mais sobre a escravidão?”; “Não tenho alunos negros na minha sala, tenho moreninhos, então não preciso trabalhar com a Lei?” e “Agora o governo aprova uma lei e diz pra gente trabalhar, mas não sei como, não têm materiais na escola”.

Somadas às outras indignações, como as condições de trabalho, as cobranças institucionais e a formação profissional, que não contempla as diversidades culturais na prática de ensino, estas indicam um mal-estar em relação à própria profissão.

Alguns docentes reconhecem a diversidade como um problema a ser enfrentado na sala de aula, por exemplo, a pergunta de uma professor/a: “Como trabalhar com os conteúdos referentes à Lei, em uma perspectiva que todos os alunos entendam a sua importância?”

As discussões que se originaram durante o curso de extensão foram suscitadas ora por uma cena do filme exibido, ora pela fala de outro professor ou professora. Vários docentes utilizaram-se das imagens fílmicas para verbalizarem os seus sentimentos e suas concepções em relação à efetivação da Lei 10.639/2003. Nesse contexto, compreendemos que as novas diretrizes exigem dos profissionais da educação mobilização de subjetividades, desconstrução de noções e de concepções apreendidas durante a formação escolar, além de enfrentar os preconceitos e o racismo fora dos muros escolares.

O exercício do diálogo constante por meio de reflexões e interpretações com o grupo de professores e de professoras conduziu-nos a um trabalho compartilhado. Pudemos explicitar, em diversos momentos, nossas representações, habilidades e limitações. Se, por um lado, havia cooperação e aceitação do grupo, possibilitando as intervenções e as mudanças desejadas, por outro, algumas preocupações e dificuldades se colocavam no campo da pesquisa.

Nesse sentido, o encontro com os professores e as professoras foi se constituindo em um espaço de muitas tensões, resistências, contradições, conflitos e desequilíbrios. A participação e a interação desse público tornaram-se maiores no decorrer dos encontros e das discussões. A participação saiu do nível de provocação, como foi observado nos primeiros encontros, passando a uma participação que exigia não somente a discussão e a reflexão sobre as questões em pauta, mas o envolvimento afetivo com o curso, como foi apresentado nos últimos encontros. Bordenave (1983), em sua concepção de participação, assevera que a pesquisa-ação participativa carrega em si um potencial de crescimento da consciência crítica, porque permite aos sujeitos pesquisados mudar as suas concepções durante e após a pesquisa. A mudança se deu no momento em que o grupo, de modo espontâneo, expôs suas opiniões, suas deficiências, e que da participação constante dos docentes permitiu pensar novas realidades sociais. Como expressa uma das professoras:

P.1(f) O curso abriu novos horizontes para o trabalho em sala de aula com a questão da cultura afro-brasileira e africana na educação. Os debates ocorridos durante o curso foi muito importante, já que discutiram tópicos diferenciados e que podem ser debatidos nas nossas escolas. Também nos foi passado opções de filmes, curtas, livros, etc. os quais serão muito valiosos para o nosso trabalho com nossos alunos (grifo nosso).

Os filmes exigiram dos professores e das professoras um trabalho de dedicação e capacidade como espectador e espectadora, para se colocar no lugar dos personagens, fazendo com que as imagens pertençam ao público tanto quanto ao diretor que as produziu.

O protagonista de *Amistad, Cinque*, é um homem negro, que empreendeu uma batalha por sua liberdade em uma sociedade de base escravocrata. Ele fascina os espectadores pela capacidade de lutar incessantemente por seus objetivos. Como se expressa Cinque em uma das cenas do filme: “Prefiro a morte a perder a liberdade”

Macunaíma, em “*Macunaíma: um herói de nossa gente*”, é um homem negro que nasce em um grupo social indígena, mas, no decorrer de sua vida, torna-se branco. Isso gera nos espectadores um sentimento contraditório, ora de amor, ora de ódio. Sentimentos contraditórios que Macunaíma carrega em relação à sua identidade, primeiro, ao ser um homem negro que se torna branco e, depois, um homem branco que não consegue identificar-se como sujeito social sem sua ancestralidade negra e indígena.

Luana, em “*Vista a Minha Pele*”, é uma menina branca que vive em uma sociedade em que os padrões estéticos, sociais e culturais negros levam os espectadores a empreenderem junto com Luana uma luta por um país mais igualitário, em que brancos, negros e indígenas tenham os mesmos direitos, independente de sua raça ou etnia.

Pode-se dizer que a principal característica que define os protagonistas dos filmes é a capacidade de se sacrificar, de lutar, de empreender qualquer jornada em nome daquilo que acredita, por mais difícil que seja. Silva (2007) afirma que, em um roteiro, para ser bem aceito pelo público, é preciso identificação, e quanto mais humana a feição dos personagens, mais provável a identificação. É preciso que os personagens tenham suas qualidades louváveis e desejadas pelo espectador e, ao mesmo tempo, possuam fraquezas que os tornem mais humanos e mais próximos.

No caso específico da identificação dos professores e das professoras, como espectadores, que estabeleceram com os filmes e seus personagens, concordamos com Espinal (1976, p. 60) na seguinte passagem:

A identificação do espectador cinematográfico com o protagonista do filme é possível graças ao fato de que o cinema, ao nos submeter a um estado para-hipnótico, atenua a parte exterior da própria individualidade. A para-hipnose, em que o cinema pode colocar o espectador, torna o público muito mais sugestível e receptivo a toda influência exterior.

Foi nesse processo de identificação com os personagens dos filmes que os professores e as professoras puderam pensar as suas subjetividades e os seus posicionamentos sociais, verbalizando crenças, valores, medos, alegrias e limitações. Seu envolvimento leva-nos a problematizar seus posicionamentos referentes ao trato das questões étnico-raciais. Como pode de ser visto nas repostas da questão: **Esse curso de extensão ofereceu contribuições para sua prática docente? Se ofereceu, quais foram?**

P12 (f) **Sim, assistir filme analisando mais os detalhes, escolher melhor o filme, cobrar diferentes tipos de atividades, não só relatório, mostrar para os alunos que nos filmes existem muita ficção**, ou seja, sempre trabalhar com recortes. Não banalizar o uso do filme e nem deixar que outros professores o façam, pois ele pode perder a importância. Assistir mais filmes, mesmo que não seja para passar para os alunos. (grifo nosso)²

A resposta da professora sugere sua disposição de tomar novas atitudes em relação ao uso de filmes em sala de aula. Além disso, ao relatar que pretende assistir a mais filmes, mesmo que não seja para passar aos alunos, entendemos que ela percebeu como os filmes podem servir como uma lente para se analisar a realidade social e despertar reflexões. Desse modo, amplia conhecimento sobre a realidade e, conseqüentemente, a capacidade profissional de analisar criticamente as imagens e as mensagens.

Uma das reflexões que as imagens fílmicas provocaram em nossos professores e professoras foi na discussão do filme “*Vista a Minha Pele*”. Uma das professoras perguntou: “Qual é o nosso modelo de aluno?” Esta pergunta, surgida no calor de uma discussão sobre alunos negros na sala de aula e as dificuldades das práticas pedagógicas para discutir questões raciais, não obteve resposta consensual. A maioria dos presentes afirmara que o justo seria uma prática pedagógica voltada para a igualdade, mas o modelo ideal de aluno tão almejado não existia. Mesmo considerando as

diversidades entre os alunos e as alunas e suas necessidades, não se poderia renunciar a prática pedagógica para a igualdade em nome da diferença. Por outro lado, alguns docentes reivindicaram uma postura de contextualização das diferenças. Enfim, a tensão permanecia sem solução.

Nesse contexto de discussões sobre aspectos propositivos da Lei 10.639/2003, as imagens e as narrativas fílmicas suscitaram questionamentos em relação aos conhecimentos universais, levando os professores e as professoras a discutirem conceitos como: raça, etnia, igualdade, diferença, identidade, entre outros. Além disso, o curso viabilizou aos docentes um espaço para discutir as relações de poder manifestas nos currículos escolares.

CONSIDERAÇÕES

No decorrer do curso de extensão: **O cinema no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**, destinado aos professores e às professoras, houve manifestações de resistências e inquietações em relação à aplicação da Lei 10.639/2003 no espaço escolar. Mas, ao mesmo tempo, a lei proporcionou aos docentes repensarem a sua prática pedagógica.

Esse curso enfatizou a necessidade de um constante questionamento das próprias ações pedagógicas e uma revisão dos posicionamentos em relação aos saberes do currículo escolar. Os dados obtidos na avaliação dos/as participantes indicam que o objetivo do curso foi alcançado, porque possibilitou aos docentes perceberem as potencialidades dos filmes como fonte de pesquisa para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica.

As discussões realizadas em torno das narrativas fílmicas utilizadas no decorrer do curso possibilitaram a percepção de que a efetivação do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana demanda reflexões sobre a construção das identidades sociais e quais os discursos que as envolvem. Uma leitura que valoriza os aspectos sociais e culturais da história do negro no Brasil deve compreender como ocorre a construção do conhecimento histórico e como as nossas subjetividades são formadas. A partir dessa pesquisa-ação, solicitamos aos professores e às professoras do curso examinar suas interações sociais e as relações com o “outro”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sônia M. da S. **Cultura e educação**: uma reflexão com base em Raymond Williams. ANPED, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br/27/gt/03/t0315.pdf>. Acesso: em 11 out. 2008.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, MEC/ Secad, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: MEC /SEF 1997.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, DF: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2008.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira. Rompendo com o silêncio o negro na escola. In: LIMA, Ivan Costa. **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis: NEN, 1999. p. 27-38 (Pensamento Negro em Educação, n. 6).

COSTA, Marisa V. Mídia, magistério e política cultural. In: COSTA, Marisa V. **Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. IN: LIMA, Ivan Costa (org). **Negros e currículo**. Florianópolis - SC: NEN, 1998. (Pensamento negro em educação, n. 2)

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In: SILVA; Tomas Tadeu da. (Org.). **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autentica 2001. p. 55-77

ESPINAL, Luis. **Cinema e seu processo psicológico**. São Paulo: LIC EDITORE, 1976.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. História afro-brasileira: linguagem fílmica enriquece o conhecimento sobre a temática. **Revista do Professor**. Porto Alegre, Ano 24; n: 95, jul/set. p. 43-53, 2008.

FELIPE, Delton Aparecido. **Narrativas para Alteridades**: O cinema na formação de professores professoras para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2009. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2009.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Caderno Cedes**, Campinas-SP, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.

FERRO, Mac. **História vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LOPES, Véra Neusa. Inclusão étnico-racial: cumprindo a lei, práticas pedagógicas contemplam afro-brasileiros. **Revista do Professor**. Porto Alegre, v. 19, n. 75, p.25-30, jul./set. 2003.

SILVA, Maria Palmira. O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. In: **Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política**, São Paulo v.1, n.1, p.37-38 jan./jun.2001.

FILMOGRAFIA

AMISTAD. Diretor Steven Spieberg. Distribuído por Warner Home Vídeo, EUA. 1997.

MACUNAÍMA: um herói de nossa gente. Diretor Joaquim de Andrade. Distribuído por Brasil filmes. Brasil. 1969.

VISTA A MINHA PELE. Diretor Joel Zito Araújo. Distribuído por CEERT. Brasil, 2003.